

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A - ABGF

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Data base: 31 de dezembro de 2025

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Conselheiros e Administradores da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (“Companhia” ou “ABGF”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ABGF** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 27 de fevereiro de 2025 sem modificação de opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a

Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo-SP, 02 de março de 2026.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

ADERBAL
ALFONSO
HOPPE:541560250
04

Assinado de forma digital
por ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004
Dados: 2026.03.02
14:56:01 -03'00'

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC 1SC020036/O-8-T-SP

Demonstrações Contábeis 2025



Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL.....	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7
NOTAS EXPLICATIVAS.....	8
1. Informações Gerais	8
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	8
2.1. Base de preparação das informações contábeis	9
2.2. Moeda funcional e de apresentação	9
2.3. Normas e Interpretações Novas e Revisadas	9
3. Práticas Contábeis.....	9
3.1. Caixa e equivalentes de caixa.....	9
3.2. Contas a receber de clientes	9
3.3. Imobilizado e Intangível	10
3.4. Contas a pagar/Fornecedores.....	10
3.5. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes.....	10
3.5.1. Ativos Contingentes	10
3.5.2. Passivos Contingentes.....	10
3.5.3. Provisão.....	10
3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes.....	11
3.7. Tributos	11
3.8. Reconhecimento de receita e despesa.....	11
3.9. Ativos e Passivos Financeiros	11
3.9.1. Ativos Financeiros	11
3.9.2. Passivos Financeiros.....	12
3.10. Remuneração de Capital.....	12
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	12
6. Créditos a Receber	13
7. Tributos a recuperar/compensar.....	13
8. Outros Créditos.....	14
9. Despesas Antecipadas	14
10. Arrendamento, Ativos Imobilizado e Intangível	14
10.1. Direito de uso	14
10.2. Ativo Imobilizado	14
10.3. Ativo Intangível.....	15
11. Obrigações a Pagar	15
12. Impostos e Encargos Sociais a Recolher.....	16
13. Encargos Trabalhistas	16
14. Impostos e Contribuições.....	16
15. Obrigações com Arrendamento	16
16. Patrimônio Líquido.....	17
17. Receita de Serviços.....	18
18. Custos dos Serviços Prestados.....	19
19. Despesas Administrativas por Natureza	19
20. Despesas com Pessoal por Natureza	20
21. Partes Relacionadas.....	21
22. Despesas Tributárias.....	21
23. Resultado Financeiro	22
24. Provisão Judicial/Administrativa e Passivo Contingente.....	22

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		356.593.451	333.978.699
Caixa e Equivalente de Caixa	(5)	348.652.287	325.773.678
Títulos e Créditos a Receber		7.227.951	8.091.138
Créditos a Receber	(6)	2.383.561	2.423.784
Tributos a recuperar/compensar	(7)	4.637.940	5.666.588
Outros Créditos	(8)	206.450	766
Despesas Antecipadas	(9)	713.213	113.883
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.278.550	2.981.647
Imobilizado		2.931.787	2.946.898
Direito de uso de arrendamento	(10.1)	2.143.977	2.484.590
Imobilizado	(10.2)	787.810	462.308
Intangível	(10.3)	346.763	34.749
TOTAL DO ATIVO		359.872.001	336.960.346
PASSIVO CIRCULANTE		16.763.925	8.766.848
Contas a Pagar		16.763.925	8.766.848
Arrendamentos de curto prazo	(15)	565.091	520.570
Obrigações a Pagar	(11)	9.691.138	6.385.195
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	(12)	4.288.627	630.771
Encargos Trabalhistas	(13)	1.495.552	953.227
Impostos e Contribuições	(14)	606.132	277.085
Outras Contas a Pagar		117.385	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.592.386	1.977.519
CONTAS A PAGAR		1.592.386	1.977.519
Arrendamentos de Longo Prazo	(15)	1.578.886	1.964.019
Provisão Judicial/Administrativa	(24)	13.500	13.500
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(16)	341.515.690	326.215.979
Capital Social		296.337.788	296.337.788
Reserva Legal		11.141.775	9.352.816
Reserva de Retenção de Lucros		34.036.127	8.543.465
Dividendos Adicionais Propostos		-	11.981.910
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		359.872.001	336.960.346

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	(17)	32.515.092	23.424.454
Receitas de Prestação de Serviços		38.320.365	27.179.804
(-) Deduções de Receita de Serviços		(5.805.273)	(3.755.350)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(18)	(19.455.793)	(15.665.652)
Outros Custos Administrativos	(19)	(4.023.647)	(2.864.014)
Pessoal	(20)	(15.432.146)	(12.801.637)
(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS		13.059.299	7.758.802
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(4.627.781)	(3.804.760)
Despesas Administrativas	(19)	(290.331)	(206.656)
Despesas com Pessoal	(20)	(4.337.450)	(3.598.104)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		8.431.518	3.954.042
(-) RESULTADO FINANCEIRO	(23)	44.691.349	33.613.870
Receitas financeiras		45.545.863	34.464.973
Despesas financeiras		(854.514)	(851.103)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	(22)	(2.575.810)	(1.768.024)
(-) RESULTADO PATRIMONIAL		-	45.749
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES		50.547.057	35.845.638
(-) IMPOSTO DE RENDA		(10.438.215)	(7.316.502)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.823.184)	(2.687.811)
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(506.483)	-
Participação dos lucros		(163.371)	-
Remuneração variável		(343.113)	-
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		35.779.175	25.841.325
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		50.000	50.000
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		715,6	516,8

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	(16.b)	35.779.175	25.841.325
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Cotas de Fundos Garantidores		-	(30.194)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>35.779.175</u>	<u>25.811.131</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2023		296.337.788	8.060.749	18.617.638	30.194	-	323.046.369
Lucro Líquido do Exercício	(16.b)	-	-	-	-	25.841.325	25.841.325
Destinação do Lucro Líquido do Exercício							
Constituição de Reserva Legal		-	1.292.067	-	-	(1.292.067)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(6.137.314)	(6.137.314)
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior		-	-	(16.504.207)	-	-	(16.504.207)
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	6.430.034	-	(6.430.034)	-
Proposta de Dividendos Adicionais		-	-	11.981.910	-	(11.981.910)	-
Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes	(16.c)	-	-	-	(30.194)	-	(30.194)
Saldos em 31/12/2024		296.337.788	9.352.816	20.525.375	-	-	326.215.979
Lucro Líquido do Exercício	(16.b)	-	-	-	-	35.779.175	35.779.175
Destinação do Lucro Líquido do Exercício							
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior		-	-	(11.981.910)	-	-	(11.981.910)
Constituição de Reserva Legal		-	1.788.959	-	-	(1.788.959)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(16.d)	-	-	-	-	(8.497.554)	(8.497.554)
Constituição de Reserva de Lucros		-	-	25.492.662	-	(25.492.662)	-
Saldos em 31/12/2025		296.337.788	11.141.775	34.036.127	-	-	341.515.690

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NE	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		35.779.175	25.841.325
Ajustes por:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		727.927	793.462
Ganho no resgate de cotas		-	(45.749)
Reforço (Reversão) de provisão para passivos contingentes		-	13.500
Depreciação/Amortização		692.260	602.191
Variações nos ativos			
Aumento/(redução) de contas a receber de clientes		40.222	(93.724)
Aumento de tributos a Recuperar		1.028.648	181.690
(Redução)/aumento de outros Créditos		(805.013)	97.901
Variações nos passivos			
Aumento/(redução) de fornecedores/contas a pagar		1.063.089	(576)
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas e sociais		542.326	(191.571)
Aumento de obrigações fiscais e tributárias		3.986.903	29.030
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		43.055.536	27.227.479
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível		(777.869)	(454.410)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(777.869)	(454.510)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de Arrendamento		(551.908)	(478.451)
Dividendos/JCP pagos no exercício		(18.847.151)	(23.503.549)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(19.399.059)	(23.982.000)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		22.878.609	2.791.069
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(5)	325.773.678	322.982.609
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	(5)	348.652.287	325.773.678
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		22.878.609	2.791.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	NE	2025	2024
1 – Receitas		38.320.365	27.179.804
1.1) Vendas de serviços	(17)	38.320.365	27.179.804
2 – Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos tributos – ISS, PIS/Pasep e COFINS)		8.627.303	5.618.232
2.1) Tributos sobre os serviços vendidos	(17)	5.805.273	2.601.147
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		2.822.030	959.052
3 – Valor adicionado bruto (1-2)		29.693.062	21.561.572
4 – Depreciação e amortização	(19)	692.260	602.191
5 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		29.000.802	20.959.381
6 – Valor adicionado recebido em transferência		45.545.863	34.510.722
6.2) Outras Receitas Operacionais		-	45.749
6.2) Receitas financeiras	(23)	45.545.863	34.464.973
7 – Valor adicionado total a distribuir (5+6)		74.546.665	55.470.103
8 – Distribuição do valor adicionado		74.546.665	55.470.103
8.1) Pessoal		18.219.209	14.499.769
8.1.1 – Remuneração direta		15.822.888	12.606.589
8.1.2 – Benefícios		1.477.767	1.214.863
8.1.3 – F.G.T.S		918.554	678.317
8.2) Impostos, taxas e contribuições		19.319.961	13.897.048
8.2.1 – Federais		19.264.810	13.850.050
8.2.2 – Municipais		55.151	46.998
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		1.228.320	1.231.961
8.3.1 – Juros		855.095	851.319
8.3.2 – Aluguéis		373.225	380.642
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		35.779.175	25.841.325
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	(16.c)	8.497.554	6.137.314
8.4.2 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		27.281.621	19.704.011

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública de capital fechado, de direito privado, criada na forma do art. 37 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e que atua nos termos do art. 38 do mesmo diploma legal, mediante a administração, gestão e representação de fundos garantidores destinados à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural e de outros fundos de interesse da União, bem como na análise da concessão de garantias contra riscos Político, Extraordinário e de Crédito em operações do Seguro de Crédito à Exportação.

No cumprimento de seu objeto, a ABGF atua na administração, gestão e representação do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país e atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe inerentes à atividade rural.

Além disso, a ABGF também administra, gere e representa o Fundo de Indenizações do Seguro Obrigatório de Embarcações (FUNDPEM), fundo de direito privado cuja criação foi autorizada pela Lei nº 13.313/2016 e que se destina à cobertura de indenizações relacionadas ao seguro obrigatório (DPEM), incluindo eventos envolvendo embarcações não identificadas ou inadimplentes.

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços para a execução de atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), celebrado com a União, representada pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE-CAMEX/MDIC). O contrato possui vigência anual, podendo ser renovado sucessivamente.

Em observância ao disposto no art. 6º do Estatuto Social da ABGF, que trata da orientação da Companhia pela União para fins de atendimento ao interesse público, a Administração informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve orientação formal que tenha implicado a assunção de obrigações ou responsabilidades em condições diversas daquelas praticadas por sociedades privadas que atuem no mesmo mercado, tampouco a realização de projetos ou assunção de custos específicos fora das condições usuais de mercado. Assim, não há valores, compromissos ou impactos adicionais a evidenciar em notas explicativas específicas para esse fim.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis, e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 27 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

2.3. Normas e Interpretações Novas e Revisadas

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a ABGF não adotou o pronunciamento contábil IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras, norma já emitida, porém não aplicável ainda. A administração não espera que a adoção da referida norma cause impacto relevante. Ela entrará em vigor para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

3. Práticas Contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

3.3. Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A partir de agosto de 2023 a Companhia passou a registrar o contrato de Aluguel da Sede na forma do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, com sua aplicação retrospectiva conforme previstos no Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A parcela depreciável é o valor das contraprestações previstas no contrato de aluguel, trazidas a valor presente pela taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil. As parcelas não depreciáveis compreendem os custos de desmobilização e a aplicação de multa contratual no caso de rescisão.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

3.4. Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.5. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3.5.1. Ativos Contingentes

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

3.5.2. Passivos Contingentes

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

3.5.3. Provisão

É um passivo de prazo ou de valor incertos, que são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.7. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9,00%
PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,60%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

Relativamente ao Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. A apuração do IRPJ e da CSLL tem por base os balancetes mensais de suspensão ou redução, utilizando-se a base de cálculo do Lucro Real antes da compensação e prejuízos fiscal, quando houver, ajustados pelas adições e exclusões.

A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep (Programa de Interação Social) e da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), tendo como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica.

3.8. Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

3.9. Ativos e Passivos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

3.9.1. Ativos Financeiros

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

3.9.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado.

3.10. Remuneração de Capital

A política atual da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e os dividendos adicionais, se for o caso, mantidos em conta destacada do Patrimônio Líquido, aguardando aprovação pelo Conselho de Administração e deliberação da Assembleia Geral.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e Bancos	(i)	3.992	5.000
Aplicações Financeiras	(ii e iii)	348.648.295	325.768.678
		348.652.287	325.773.678

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

- (i) O valor registrado destina-se ao pagamento de despesas de pequeno vulto (suprimento de fundos), conforme a norma interna da ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) A partir de dezembro de 2023, as aplicações financeiras da ABGF passaram a ser realizadas em dois fundos de liquidez imediata com resgate automático para fazer frente à cobertura de saldo na conta corrente:
 - (a) **BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo:** Composto por títulos de operações com prazo médio inferior a 60 dias e máximo de 375 dias;
 - (b) **BB RF LP Corporate Bancos Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos:** Aloca recursos em fundos com títulos e operações com prazo médio de carteira superior a 365 dias.
- (iii) Em 2025, o BB Paranoá teve uma rentabilidade anual de 13,83%, correspondendo à 96,62% de seu benchmark (Taxa DI), que ficou em 14,32%. O BB RF LP Corporate Bancos registrou uma rentabilidade de 15,46%, superando seu benchmark (Taxa DI) em 1,01%.

6. Créditos a Receber

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE-CAMEX/MDIC) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

Os clientes a seguir são classificados como Partes Relacionadas.

		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Partes Relacionadas:			
MDIC (FGE)	(i)	2.367.012	2.418.392
FESR	(ii)	16.549	5.392
		2.383.561	2.423.784

- (i) Valor a receber do MDIC, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior;
- (ii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural no mês de encerramento do respectivo período analisado. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017;

7. Tributos a recuperar/compensar

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade, itens 71 e 72, a Companhia reconhece e mensura separadamente os ativos fiscais (tributos a recuperar) e passivos fiscais (tributos a recolher).

O Quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições a compensar/recuperar, incluindo os tributos retidos da ABGF por ocasião dos serviços prestados:

		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
CSLL retida na fonte por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	27.862	63
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	133.736	303
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	415.315	326.174
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	3.959.332	5.339.818
Outros tributos e contribuições a Recuperar	(iii)	101.695	230
Total dos Tributos a Recuperar		4.637.940	5.666.588

- (i) O saldo das rubricas CSLL/IRRF refere-se às retenções efetuadas pela apropriação das Notas Fiscais emitidas até dezembro/2025, e que ainda não foram pagas para a ABGF pela SE_CAMEX/MDIC e pelo FESR;
- (ii) Os saldos negativos de IRPJ e CSLL são o resultado do excedente dos recolhimentos antecipados e as retenções na fonte, apurado pelo Lucro Real e com o livro de apuração da Contribuição Social sobre o lucro do exercício anterior. O art. 28 da instrução Normativa RFB nº 2.055, de 06 de dezembro de 2021, estabelece

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

que os saldos negativos de IRPJ e de CSLL somente poderão ser restituídos ou compensados após a confirmação da transmissão da ECF pela RFB.

- (iii) Outros tributos a recuperar referem-se ao PIS e COFINS retidos na fonte sobre os serviços prestados.

8. Outros Créditos

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Adiantamento a Funcionários	201.525	-
Créditos a Receber de Fornecedores	4.925	766
	206.450	766

9. Despesas Antecipadas

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Outros Custos e Despesas Pagos Antecipadamente	713.213	113.883
	713.213	113.883

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos antecipadamente, cujos benefícios esperados fluirão em período futuro, como despesas com IPTU, licença de softwares e seguros.

10. Arrendamento, Ativos Imobilizado e Intangível

10.1. Direito de uso

A ABGF registra no ativo à conta direito de uso pelo contrato de aluguel de sua sede, o qual é amortizado pelo prazo estimado de permanência do contrato.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Aluguel da Sede	2.680.500	2.469.206
(-) Depreciação Acumulada	(1.347.967)	(796.060)
Custos de Desmobilização	651.972	651.972
Multa de Rescisão	159.472	159.472
	2.143.977	2.484.590

10.2. Ativo Imobilizado

(a) Composição do Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	2025	2024
Mobiliário em Geral	10% a 20%	356.272	(291.766)	64.506	87.978
Máq., Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	217.731	(182.575)	35.156	16.950
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	2.444.401	(1.879.426)	564.975	110.864
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(1.171.960)	-	-
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	78.445	(49.791)	28.654	34.515
Imobilizações em andamento	0%	94.519	-	94.519	212.000
		4.363.328	(3.575.518)	787.810	462.307

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

(b) Movimentação do Custo

	2024	Adições	Baixas	Transferência	2025
Mobiliário em Geral	356.272	-	-	-	356.272
Máq., Instalações e Utensílios de Escritório	194.999	23.284	-	-	217.731
Equipamentos de Informática e Software	1.896.413	552.675	-	4.687	2.444.401
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	78.445	-	-	-	78.445
Imobilizações em andamento	212.000	432.358	-	549.839	94.519
	3.909.538	1.008.317	-	-	4.363.328

(c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	2024	Adições	Baixas	Transferência	2025
Mobiliário em Geral	268.295	23.472	-	-	291.766
Máq., Instalações e Utensílios de Escritório	177.497	5.079	-	-	182.575
Equipamentos de Informática e Software	1.785.547	93.879	-	-	1.879.426
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	43.931	5.860	-	-	49.791
	3.447.230	128.290	-	-	3.575.518

10.3. Ativo Intangível

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares de uso pela ABGF.

(a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	2025	2024
Software	20%	406.792	(353.852)	49.940	34.749
Intangível em Andamento		296.823		296.823	
		700.615	(353.852)	346.763	34.749

(b) Movimentação do Custo

	2024	Adições	Baixas	Transferência	2025
Software	376.537	27.255	-	-	403.792
Intangível em Andamento	0	324.078	-	-	296.823
	376.537	351.333	-	-	700.615

(c) Movimentação da Amortização Acumulada

	2024	Adições	Baixas	Transferência	2025
Software	341.789	12.063	-	-	353.852
	341.789	12.063	-	-	353.852

A ABGF avaliou se há indicativos de *impairment* e concluiu que não há necessidade de reduzir o valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

11. Obrigações a Pagar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fornecedores	687.100	247.880
PLR e RVA a pagar	506.484	-
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	(i) 8.497.554	6.137.315

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

9.691.138 **6.385.195**

(i) Refere-se aos JCP imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

12. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

Representa o montante dos encargos retidos na fonte sobre folha de pagamento e dos serviços tomados de terceiros, correspondentes na posição do último dia de cada exercício.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Previdência Social de Funcionários	252.209	240.776
FGTS a Recolher	129.289	67.715
IRRF sobre a Folha a Recolher	393.743	293.504
IRPJ a Recolher	2.474.848	-
Contribuição Social a Recolher	995.655	-
Impostos Retidos de Fornecedores	28.776	28.776
	4.288.627	630.771

13. Encargos Trabalhistas

Representa o montante de provisão de férias e os encargos sociais incidentes (FGTS/INSS), correspondentes na posição do último dia de cada exercício.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Provisão para Férias	1.139.903	726.545
Encargos Sociais sobre Provisões	355.649	226.682
Encargos trabalhistas	1.495.552	953.227

14. Impostos e Contribuições

Os saldos indicados compõem-se dos tributos sobre o lucro e a receita bruta da Companhia.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Provisão – Pis/Cofins a Recolher	267.419	-
Cofins a Recolher	285.844	228.286
Pis a Recolher	52.869	43.078
Outros Impostos e Taxas	-	5.721
Impostos e Contribuições - Curto Prazo	606.132	277.085
Total de Tributos	606.132	277.085

15. Obrigações com Arrendamento

As obrigações de arrendamento são registradas pelo valor das contraprestações previstas no período de vigência do contrato, destacando os valores de principal corrigido e a taxa de juros implícita com base na taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Arrendamentos - Curto Prazo	565.091	520.570
Aluguéis a pagar	711.131	615.131
Rendas a apropriar	(146.040)	(94.561)

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

Arrendamentos - Longo Prazo	1.578.886	1.964.019
Aluguéis a pagar	1.085.958	1.589.089
Rendas a apropriar	(318.516)	(436.513)
Custos de desimobilização	651.972	651.972
Multa rescisória	159.472	159.472
	2.143.976	2.484.589

Fluxo de Pagamentos

	2026	2027	2028
	615.131	615.131	358.827

16. Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia após o resultado do exercício.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Capital Subscrito	296.337.788	296.337.788
Reserva Legal	11.141.775	9.352.816
Reserva de Retenção de Lucros	34.036.127	8.543.465
Dividendos Propostos	-	11.981.910
	341.515.690	326.215.979

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 296.337.788 integralmente subscrito e integralizado pela União, composto por 50.000 ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 5.926,76/por ação.

(b) Resultado do exercício

O resultado do exercício antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social de 2025 foi de R\$ 50.547.057, comparado a R\$ 35.845.638, no exercício de 2024, representando um acréscimo de 41,01%. A receita operacional líquida com prestação de serviços aumentou em 38,8%, enquanto o resultado financeiro líquido teve aumento de 32,96%, em relação ao mesmo período de 2024, devido principalmente ao aumento da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) no ano de 2025.

A ABGF registrou lucro líquido de R\$ 35.779.175 no exercício de 2025 e de R\$ 25.841.325 em 2024, apresentando aumento de 38,46%. O lucro por ação em 2025 foi de R\$ 715,6 e 516,8 em 2024.

Apresentamos a seguir a composição do Resultado dos exercícios de 2025 e 2024.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Serviços Prestados	38.320.365	27.179.804
(-) Tributos sobre o Faturamento	(5.805.273)	(3.755.350)
Receita Líquida de Serviços	32.515.092	23.424.454
Resultado Financeiro Líquido	44.691.349	33.613.870
Outras Receitas Operacionais	-	45.749

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

RECEITAS TOTAIS	57.084.073	57.084.073
(-) Despesas Operacionais e com tributos	(26.659.384)	(21.238.436)
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	50.547.057	35.845.638
IRPJ e CSLL	(14.438.215)	(10.004.313)
(-) Participações sobre o Lucro	(506.483)	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	35.779.175	25.841.325

As despesas operacionais tiveram aumento de 25,52%, decorrente principalmente, em relação aos reajustes contratuais nos serviços de terceiros, e, da readequação do quadro de pessoal próprio ocorridas no exercício de 2025.

(c) Juros sobre Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Em conformidade com as Leis n.º 9.249, de 1995, e n.º 9.430, de 1996, e com o Estatuto da ABGF, a Administração decidiu pelo pagamento ao acionista de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP), imputados aos dividendos obrigatórios, estabelecidos em 25% sobre o Lucro Líquido do Exercício Ajustado, calculado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976.

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2025.

	Valor
Resultado do Exercício de 2025	50.547.057
Provisão para o IRPJ/CSLL e participações	(14.767.882)
Lucro Líquido do Exercício	35.779.175
Reserva legal (5%)	(1.788.959)
Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo do dividendo)	33.990.216
Juros Sobre o Capital Próprio	8.497.554
Destinação do Resultado	
1. Lucro Líquido do Exercício	35.779.175
2. Reserva legal	1.788.959
3. Juros sobre o capital próprio (JCP) atribuídos aos Dividendos	8.497.554
4. Reserva de retenção de lucros (i)	25.492.662

(i) Está sendo submetida à assembleia de acionistas a proposta de retenção de lucros do exercício de 2025 para investimentos de acordo com o planejamento estratégico.

(d) Reservas legal

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. O montante de reserva legal acumulada até o exercício de 2025 é de R\$ 11.141.775.

17. Receita de Serviços

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e pela administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receita Operacional Bruta	38.320.365	27.179.804

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

MDIC (FGE)	(i)	37.523.027	25.252.036
FESR	(ii)	797.338	1.927.768
(-) Deduções da Receita		(5.805.273)	(3.755.350)
COFINS		(3.096.145)	(2.002.853)
PIS/Pasep		(672.189)	(434.830)
ISS		(2.036.939)	(1.317.667)
Receita Operacional Líquida		32.515.092	23.424.454

- (i) Houve aumento dos serviços prestados decorrente da repactuação em julho/2025;
(ii) A remuneração da Companhia, em relação ao FESR, tem como base a aplicação de 0,25% sobre o montante de prêmios emitidos no triênio anterior.

18. Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para o FGE e para o FESR.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Custos com Pessoal	12.801.637	12.801.637
Custos administrativos	2.864.014	2.864.014
Gastos alocados aos serviços prestados	19.455.793	15.665.652

Os custos alocados refletem as despesas de pessoal e administrativas constantes da Nota 20.

19. Despesas Administrativas por Natureza

O aumento de 49,9% nas despesas administrativas no exercício de 2025 decorre, principalmente, da contratação de novos serviços com terceiros e viagens e representações.

A seguir todos os gastos administrativos da Companhia por natureza, incluindo as despesas e os custos dos serviços prestados.

		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Viagens e Representações	(i)	517.031	295.791
Serviços de Terceiros	(ii)	2.069.739	850.528
Ocupação	(iii)	373.225	380.642
Créditos tributário PIS/Pasep e COFINS	(iv)	(91.152)	(71.052)
Depreciação/amortização		692.261	602.192
Despesas Gerais	(v)	752.873	1.012.570
Total das despesas administrativas		4.313.977	2.048.761
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados		4.023.647	2.864.014
Despesas Administrativas		290.330	206.656

- (i) A rubrica “Viagens e Representações” registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço;
(ii) Serviços de Terceiros representa, predominantemente, a despesas com licenças e serviços de tecnologia da informação, assinaturas de bases de dados e publicações especializadas, serviços de suporte técnico e capacitação profissional, bem como à contribuição associativa internacional, correspondente ao retorno da ABGF à Berne Union – *International Union of Credit and Investment Insurers*, entidade que congrega agências de crédito à exportação. Os valores são reconhecidos pelo regime de competência e classificados como despesas operacionais, sem natureza de investimento ou caráter extraordinário.
(iii) As despesas com Ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínio e serviços terceirizados de limpeza e conservação;
(iv) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003;

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

- (v) Despesas Gerais representam, majoritariamente, de prêmios de seguros, com destaque para o seguro de responsabilidade civil, seguidos por serviços e utilidades essenciais (como energia elétrica e serviços de comunicação), aquisição de materiais de uso e consumo, além de outras despesas operacionais recorrentes

20. Despesas com Pessoal por Natureza

No acumulado do exercício de 2025, os gastos totais com pessoal apresentaram aumento de 20,5% se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Os gastos com empregados aumentaram em 24,1% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros também aumentaram 6,4% em relação exercício de 2024.

O aumento das despesas com funcionários decorre, principalmente, da adequação do quadro funcional da Companhia com novas contratações e pelo reajuste salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho de 2025, promovidas no primeiro semestre de 2025.

Já o acréscimo verificado nas despesas de diretores e conselheiros no exercício de 2025, decorre do reajuste salarial da diretoria.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Empregados:		
Salários, Encargos e Benefícios	16.291.624	13.130.875
Salários e Ordenados	9.513.667	7.732.682
Encargos Sociais	2.982.851	2.412.959
Provisões Trabalhista e Previdenciária	2.381.872	1.913.890
Benefícios Empregados	1.279.717	1.043.011
Saúde e Segurança do Trabalho	11.782	8.509
Estagiário/Jovem Aprendiz	121.735	19.824
Diretoria e Conselhos:		
Honorários, Encargos e Benefícios	3.477.973	3.268.866
Honorários do Conselho de Administração	251.893	239.822
Honorários do Conselho Fiscal	166.433	159.752
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutária	388.301	331.736
Honorários da Diretoria Executiva	1.792.160	1.691.984
Encargos Sociais Sobre Honorários	493.790	512.536
Provisão Trabalhista e Previdenciária	199.129	169.694
Benefícios Diretor	186.266	163.342
Total dos gastos com pessoal	19.769.597	16.399.741
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados	15.432.146	12.801.637
Despesas com pessoal	4.337.450	3.598.104

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 30, de 04 de agosto de 2022, art. 1º, item "II":

- a) A Remuneração média mensal no exercício de 2025 dos conselheiros fiscais e de administração foi de R\$ 5,5 mil;
- b) Relativamente à remuneração de diretores e empregados, considerando inclusive as vantagens e benefícios, foram pagas as importâncias conforme abaixo:
 - Maior e menor remuneração de diretores: R\$ 64,0 mil e R\$ 55,1 mil;
 - Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 46,1 mil e R\$ 13,1 mil;

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

- Remuneração média dos diretores e empregados: R\$ 59,4 mil e R\$ 20,6 mil, respectivamente.
- c) Em 31/12/2025 a ABGF possuía 48 (quarenta e oito) funcionários contratados, sendo que a maior remuneração, excluídas vantagens e benefícios, era de R\$ 44,3 mil e a menor era de 11,3 mil, com remuneração média de 18,5 mil;
- d) O valor médio global dos benefícios aos empregados foi de R\$ 2,1 mil, respectivamente.

21. Partes Relacionadas

(a) Controlador

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

(b) Operações com administradores

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

(c) Transações com partes relacionadas

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SE_CAMEX/MDIC) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 6 e 17.

E, ainda, transações com o controlador, com a União, detentora da totalidade do capital social da Empresa, por intermédio de Órgãos da Administração Pública Federal, conforme Nota 16.b.

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

Transações com o pessoal-chave da administração: pagamento de honorários, férias e gratificação natalina a membros da Diretoria Executiva e de honorários a membros do Comitê de Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme Nota 20.

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e sempre em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas de governança corporativa.

22. Despesas Tributárias

As despesas tributárias são compostas por tributos e taxas não incidentes sobre o lucro da Companhia. O quadro abaixo demonstra os montantes destas despesas.

		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
CIDE	(i)	125.036	38.250
Impostos e Taxas Diversas	(ii)	277.740	80.155

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

IPTU	(iii)	55.151	46.998
Pis/Pasep e Cofins	(iv)	2.117.883	1.602.621
Total		2.575.810	1.768.024

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (ii) Refere-se a tributos incidentes sobre a importação de serviços, operações financeiras em remessas ao exterior de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos imóveis locados pela ABGF. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre operações de seguros de crédito à exportação, cujas alíquotas são de 1,65% e 7,60% respectivamente, e sobre as receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, estabelecidas por meio do Art. 156 da IN 2121/2022, e do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015.

23. Resultado Financeiro

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado das disponibilidades financeiras da ABGF aplicadas em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5. O aumento dos rendimentos em 2025 é advindo do aumento da SELIC. A SELIC acumulada em 2025 foi de 14,89% enquanto em 2024 fechou o ano em 11,03%.

O saldo de Juros Ativos representa o acréscimo dos tributos compensados no período, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% (um por cento) no mês da compensação, conforme previsão do art. 148 da Instrução Normativa RFB nº 2055, de 06 de dezembro de 2021.

As Despesas Financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF, além da atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio do exercício de 2024, pagos em abril de 2025.

O Resultado Financeiro da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Rendimentos de aplicações financeiras	45.217.094	33.976.675
Atualização/Juros ativos	328.769	488.298
	45.545.863	34.464.973
Juros sobre prestações de arrendamento	(95.223)	(47.480)
Despesas financeiras	(759.291)	(803.623)
Resultado Financeiro líquido	44.691.349	33.613.870

24. Provisão Judicial/Administrativa e Passivo Contingente

No exercício de 2025, existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas contra a Companhia, sendo sua maioria referente a pedido de indenização com fulcro no Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

A Companhia após a tomada de ciência da existência de contencioso em que se configure na parte passiva da demanda, avalia individualmente cada demanda promovendo sua classificação e, sendo considerada provável, constitui provisão de 100% do montante de saída de caixa esperado.

Para as ações judiciais/administrativas classificadas como possíveis, não há reconhecimento de provisão, mas os valores referentes a esses passivos contingentes são divulgados, em conformidade com o CPC 25.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de maneira diferente

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	13.500	86.920	13.500	86.920
Total	13.500	86.920	13.500	86.920

Não houve movimentação de provisões judiciais no período.

Maira Madrid Barbosa Da Silva
Maira Madrid Barbosa da Silva
Presidente

Adriana Paranhos Pinto
Adriana Paranhos Pinto
Diretora Administrativa e Financeira e
Diretora de Garantias Substituta

Francis Soares Ribeiro
Francis Soares Ribeiro
Contador
CRC-DF 019585/O-9



**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE
FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF**

NIRE: 5350000520-0

CNPJ: 17.909.518/0001- 45

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA – COAUD

Assunto: Nota Técnica nº 45/2026/GEFIN- Demonstrações Contábeis da ABGF - exercício de 2025. (Processo SEI nº 17909.000586/2025-48).

Os membros do Comitê de Auditoria, nos termos das atribuições estabelecidas no art. 66, incisos IV¹ e IX² do Estatuto Social, durante a 193ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de março de 2026, examinou as Demonstrações Contábeis da ABGF, exercício de 2025, apresentadas por meio da Nota Técnica nº 45/2026/GEFIN. Na sequência, o Comitê autorizou o envio da matéria ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal para deliberação.

Brasília, 04 de março de 2026.

Valdir Augusto de Assunção

Membro

Elvira Mariane Schulz

Membro

Carlos Alberto de Paula

Presidente

¹IV, monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;

²IX, revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;



**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE
FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF**
NIRE: 5350000520-0
CNPJ: 17.909.518/0001- 45

Parecer nº 003/2026/CONAD/ABGF

**Demonstrações Contábeis e Relatório da
Administração da ABGF, relativos ao exercício
social encerrado em 31 de dezembro de 2025.**

O Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em sua 80ª reunião extraordinária, realizada nesta data, no uso das atribuições legais e estatutárias, conferidas pelo artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404/1976, e pelo artigo 42, incisos IV e VII, do Estatuto Social, tendo conhecimento do teor das Notas Técnicas nº 48/2026 e nº 45/2025, examinou as Demonstrações Contábeis da ABGF, incluindo as Notas Explicativas, e o Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório da Auditoria Independente, emitido com opinião sem ressalvas ou ênfases pela TATICCA AUDITORES IDEPENDENTES S.S em 2 de março de 2026.

Após análise, o Colegiado manifestou-se favorável à aprovação da matéria e autorizou o encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 13 de março de 2026.

Ana Maria Melo Netto Oliveira
Presidente Substituta

Fernanda Cimbra Santiago
Conselheira

Carlos Alberto de Paula
Conselheiro

Pedro Helena Pontual Machado
Conselheiro

Juliana Pinheiro de Melo Vilar Falcão
Presidente do Conselho



**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE
FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF**

NIRE: 5350000520-0

CNPJ: 17.909.518/0001- 45

Parecer nº 003/2026/COFIS/ABGF

**Demonstrações Contábeis da ABGF,
relativas ao exercício social encerrado em
31.12.2025.**

1. **O Conselho Fiscal da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF**, em sua 19ª reunião extraordinária, realizada nesta data, no uso das atribuições legais e estatutárias, conferidas pelo artigo 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/1976, e pelo artigo 59, inciso II, do Estatuto Social, tendo conhecimento do teor das Notas Técnicas nº 48/2026 e nº 45/2025, examinou as Demonstrações Contábeis da ABGF e o Relatório da Administração, incluindo as Notas Explicativas, e o Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório da Auditoria Independente, emitido com opinião sem ressalvas ou ênfases pela TATICCA AUDITORES IDEPENDENTES S.S em 2 de março de 2026.

2. Após análise, o Colegiado manifestou opinião favorável ao encaminhamento da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 13 de março de 2026.

Mathias Jourdain de Alencastro
Conselheiro Titular

Regis Anderson Dudena
Conselheiro Titular

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento
Presidente